BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 7 | nº 111 | Segunda-feira, 01/07/2024

Pautas	1
Plenário	1
Despachos de autoridades	30
Ministro Augusto Nardes	30
Editais	42
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos	42

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

PAUTAS**PLENÁRIO****PAUTA DO PLENÁRIO**

Sessão Ordinária de 03/07/2024, às 14h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse <https://portal.tcu.gov.br/sessoes>.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (<https://portal.tcu.gov.br/sessoes/>). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS**MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES****007.662/2024-6 - Natureza: DENÚNCIA****Responsável:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Interessado:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Órgão/Entidade/Unidade:** Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.**Representação legal:** não há.**033.615/2023-3 - Natureza: REPRESENTAÇÃO****Representante:** Gustavo Gayer, Deputado Federal**Órgão/Entidade/Unidade:** Presidência da República.**Representação legal:** não há.**MINISTRO BENJAMIN ZYMLER****006.152/2024-4 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Representante:** Bitencourt Central dos Exames de Brasília Ltda. (CNPJ: 05.663.326/0001-12)**Órgão/Entidade/Unidade:** Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.**Representação legal:** André Correa Teles (OAB/DF 41.363) e Matheus Segmiller Crestani Perez (OAB/DF 55.172).**007.035/2024-1 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Representante:** Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA)**Órgão/Entidade/Unidade:** Prefeitura Municipal de Catu/BA.**Representação legal:** não há.

008.534/2024-1 - Natureza: DENÚNCIA**Responsável:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Interessado:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Órgão/Entidade/Unidade:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo.**Representação legal:** não há.**009.196/2017-0 - Natureza: MONITORAMENTO****Órgão/Entidade/Unidade:** Companhia Pernambucana de Saneamento e Ministério da Integração Nacional (extinto).**Representação legal:** não há.**013.144/2021-9 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Órgão/Entidade/Unidade:** Petróleo Brasileiro S.A.**Representação legal:** Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895), representando Petróleo Brasileiro S.A.**013.148/2021-4 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Representante:** Tribunal de Contas da União**Órgão/Entidade/Unidade:** Petróleo Brasileiro S.A.**Representação legal:** Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.**015.110/2024-9 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Representante:** W2med Serviços Médicos Ltda. (CNPJ: 26.574.036/0001-72)**Órgão/Entidade/Unidade:** Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A.**Representação legal:** André Correa Teles (OAB/DF 41.363) e Matheus Segmiller Crestani Perez (OAB/DF 55.172), representando W2med Serviços Médicos Ltda.**019.291/2023-0 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.****Representante:** Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (CNPJ: 05.268.526/0001-70)**Órgão/Entidade/Unidade:** Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza.**Representação legal:** Andrei Barbosa de Aguiar (OAB/CE 19.250), representando Instituto de Saude e Gestão Hospitalar.**021.053/2020-0 - Natureza: MONITORAMENTO****Órgão/Entidade/Unidade:** Ministério da Saúde.**Representação legal:** não há.**022.714/2020-0 - Natureza: MONITORAMENTO****Responsáveis:** Ana Beatriz Busch Araujo; Daniel Ricardo Soranz Pinto; Eduardo da Costa Paes; Marcelo Bezerra Crivella.**Órgão/Entidade/Unidade:** Ministério da Saúde, Município do Rio de Janeiro/RJ e Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro/RJ**Representação legal:** não há.

035.133/2020-1 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.**Recorrente:** Gaspar Domingos Lazari.**Responsáveis:** Base Dupla Serviços e Construções Civil Eireli; Gaspar Domingos Lazari; Juliano Muniz Cabral; Prefeitura Municipal de Confresa/MT; Ronio Condão Barros Milhomem.**Órgão/Entidade/Unidade:** Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.**Representação legal:** Paulo Cesar da Silva Avelar (OAB/MT 21.334), representando Prefeitura Municipal de Confresa/MT; Francieli Britzius (OAB/MT 19.138/O), representando Juliano Muniz Cabral; Rony de Abreu Munhoz (OAB/MT 11.972/O), representando Gaspar Domingos Lazari.**045.606/2012-9 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.**Responsáveis:** A.G. Fialho; Blima Engenharia e Construção Ltda. - ME; Consmar Construtora Rio Maravilha Ltda. - ME; Dalci Pina Costa; Edmilson Lucas da Rocha Filho; Ernani do Amaral Soares; Francisco David de Castro Filho - ME; Itamar Nunes Vieira; Jeremias da Costa Filho; José Henrique Figueira Soares; Luiz Carlos de Castro Rodrigues.**Órgão/Entidade/Unidade:** Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba/MA.**Representação legal:** Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Jeremias da Costa Filho; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Edmilson Lucas da Rocha Filho; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Ernani do Amaral Soares; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Celiano Francisco Cavalcante da Silva; Kelton Almeida Machado (OAB/MA 9.981-A), representando Francisco David de Castro Filho - ME; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando A.G. Fialho; Janelson Moucherek Soares do Nascimento (OAB/MA 6.499), Pedro Durans Braid Ribeiro (OAB/MA 10.255) e outros, representando J. de R. C. Silva; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando José Henrique Figueira Soares; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Dalci Pina Costa; Vitélio Shelley Silva (OAB/MA 6.740), representando Consmar Construtora Rio Maravilha Ltda. - ME.**MINISTRO AUGUSTO NARDES****008.749/2011-6 - Natureza:** ACOMPANHAMENTO**Interessado:** Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União.

Unidades Jurisdicionadas: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde.

Representação legal: Victor Bispo de Oliveira (OAB/SP 320.929), representando a Takeda Distribuidora Ltda.; Caio Cesar Soares de Sousa (OAB/PE 30699), entre outros, representando a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Victor Bispo de Oliveira (OAB/SP 320.929), representando a Beatriz Mesquita de A. Camargo Kestener.

009.788/2019-0 - Natureza: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Interessados: Eit Empresa Industrial Tecnica S/A ; Encalso Construções Ltda. ; K1 Serviços de Engenharia S/A ; Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte.

Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Representação legal: Matheus Henrique Busolo (OAB/SP 240.650), entre outros, representando a Encalso Construções Ltda.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ**004.508/2017-3 - Natureza:** RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Recorrente: Edivaldo Assis de Jesus.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Amontada - CE.

Representação legal: Cassio Felipe Goes Pacheco (OAB-CE 17410) e Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos (OAB-CE 18185), representando Edivaldo Assis de Jesus.

005.668/2024-7 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Unidade jurisdicionada: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Responsável: Rosangela de Moura Manicoba Novaes Ferraz.

Representação legal: não há.

008.408/2024-6 - Natureza: MONITORAMENTO

Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.

Representação legal: não há.

010.268/2019-7 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Responsáveis: Drogaria Mendonca de Londrina Ltda ; Marcelo Mendonca.

Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

Representação legal: Cassiano Altoe (OAB-RJ 142.963), Pedro Roberto Belone (OAB-PR 30.343) e outros, representando Drogaria Mendonca de Londrina Ltda; Pedro Roberto Belone (OAB-PR 30343), representando Marcelo Mendonca.

011.445/2022-0 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Unidade jurisdicionada: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

Responsável: Diogo Peres Neto.

Representação legal: não há.

013.474/2022-7 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Interessado: Secretaria-executiva do Ministério da Fazenda.

Representação legal: não há.

020.524/2023-4 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Superintendência do Iphan no Estado de Minas Gerais.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

Representação legal: Roberto Ricomini Piccelli (OAB-SP 310.376) e Marina Muniz Pinto de Carvalho Matos (OAB-BA 67.925).

020.870/2022-1 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: não há.

021.803/2021-8 - Natureza: MONITORAMENTO

Unidade jurisdicionada: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Representação legal: não há.

021.834/2023-7 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Unidade jurisdicionada: Município de Araruna/PB.

Representação legal: não há.

033.944/2023-7 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: JB Serviços Ltda. (CNPJ: 05.894.690/0001-93)

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cantá - RR.

Representação legal: Flavio Henrique da Silva (OAB-RR 1717), representando Jb Serviços Eireli; Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB-RR 208-A), representando Prefeitura Municipal de Cantá/RR.

MINISTRO VITAL DO RÊGO**006.887/2023-6 - Natureza: ACOMPANHAMENTO**

Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-geral da União; Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Controladoria Geral da União; Controladoria-geral da União; Defensoria Pública da União; Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Igualdade Racial; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Comunicações; Ministério das Mulheres; Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Minas e Energia; Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Esporte; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Turismo; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério dos Transportes; Ministério Público da União; Presidência da República; Senado Federal; Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Vice-presidência da República; Vice-presidência da República (vinculador).

Representação legal: Fabiana Ribeiro Rosa (OAB/MG 68.832) e Aluísio Nogueira de Almeida (OAB/MG 61.119).

036.301/2021-3 - Natureza: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Órgão/Entidade/Unidade: Diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Representação legal: Leonardo Thadeu de Oliveira (OAB/RJ 109.115) e outros.

MINISTRO JORGE OLIVEIRA**004.470/2017-6 - Natureza: MONITORAMENTO**

Unidade jurisdicionada: Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Extinta); Secretaria-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos; Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Extinta).

Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Representação legal: Ana Carolina Souza do Bomfim, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).

005.470/2024-2 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Município de Mulungu do Morro/BA.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: não há.

008.060/2024-0 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: Tacio Cheab Ribeiro (OAB-BA 25.235).

008.427/2016-0 - Natureza: RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Recorrente: Elizabete Maria Silva de Lima.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bezerros/PE.

Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702), representando Marcone de Lima Borba; Emilio Duarte de Souza e Silva (OAB/PE 35.616), representando Elizabete Maria Silva de Lima; Rizoleta Maria Cassiano Torres (OAB-PE 16.630), Andrielly Cristina Silva Almeida (OAB-PE 37.722) e outros, representando Prefeitura Municipal de Bezerros/PE.

008.684/2024-3 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal-CECOT/BR.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

Representação legal: não há.

008.968/2024-1 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: Adriana Gonçalves Furtado (OAB-MG 72.106), Alan Renato Braz (OAB-SP 249.898) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

014.786/2024-9 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Interjato Serviços de Telecomunicações Ltda

Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A. - Cesup Rede São Paulo/plataforma São Paulo (SP).

Representação legal: Erich Matos Rodrigues, representando Interjato Serviços de Telecomunicações Ltda.

019.152/2023-0 - Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: Julio Cesar Victor Sarmiento (OAB-PB 14.668), representando Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba.

028.903/2007-2 - Natureza: Recurso de Revisão (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)**Recorrente:** Cícero de Lucena Filho.**Unidade jurisdicionada:** Município de João Pessoa/PB.**Responsáveis:** Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia, Conspavi Construção e Pavimentação Ltda, Cícero de Lucena Filho, Francisco Carlos Oliveira Cavaleiro, Geronildo Alves Fernandes, José Joácio de Araújo Moraes, Oswaldo Pessoa de Aquino, Potengi Holanda de Lucena.**Interessados:** Fundação Nacional de Saúde.**Representação legal:** Fabiola Marques Monteiro (OAB-PB 13.099) e outros, representando Cícero de Lucena Filho.**030.570/2014-0 - Natureza:** PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2013.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.**Responsáveis:** Luciano Galvão Coutinho; Fernando da Mata Pimentel; Carlos Roberto Lupi; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Miriam Aparecida Belchior; Artur Henrique da Silva Santos; Roberto Átila Amaral Vieira; Orlando Pessuti; Mauro Borges Lemos; Márcio Holland de Brito; Eva Maria Cella Dal Chiavon; Vagner Freitas de Moraes; Luiz Alberto Figueiredo Machado; Nelson de Almeida Prado Hervey Costa; William George Lopes Saab; Carlos Alberto de Souza; Carlos Eduardo Esteves Lima; Eduardo Coutinho Guerra; Paulo Fontoura Valle; Valdir Moyses Simão; Luizianne de Oliveira Lins; Attilio Guaspari; Paulo Roberto Vales de Souza; João Paulo dos Reis Velloso; Mauricio Borges Lemos; Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva; João Carlos Ferraz; Julio Cesar Maciel Ramundo; Roberto Zurli Machado; Guilherme Narciso de Lacerda; Fernando Marques dos Santos; Wagner Bittencourt de Oliveira.**Representação legal:** Ana Paula Barbosa de Sá (OAB-RJ 140.352), Andre de Castro Oliveira Pereira Braga (OAB-RJ 201.971) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.**035.029/2017-0 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO**Responsáveis:** Identidades preservadas (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Interessado:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**Órgão/Entidade/Unidade:** Petróleo Brasileiro S.A.**Representação legal:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).**035.179/2023-6 - Natureza:** DENÚNCIA**Unidade jurisdicionada:** Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro.**Responsável:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).**Interessado:** Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).**Representação legal:** Luiz Miller de Oliveira, Cláudia Maria da Silva de Souza (OAB-RJ 112.442) e outros, representando Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro.

MINISTRO ANTONIO ANASTASIA**005.758/2024-6 - Natureza: SOLICITAÇÃO**

Solicitante: Mário Santos Moreira, presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz.

Representação legal: não há.

009.996/2015-0 - Natureza: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Responsáveis: Adriana de Assis Garcia Serafim; Celso Casarin Henriques; Denis Franco Silva; Dimas Augusto Carvalho de Araujo; Fernando Martins Pereira da Silva; Henrique Duque de Miranda Chaves Filho; Wellington Coutinho da Silva.

Interessados: Congresso Nacional (vinculador) (); Tratenge Engenharia Ltda ; Universidade Federal de Juiz de Fora .

Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Representação legal: Francisca Marizelia da Silva, Lucas Sampaio de Souza (OAB-MG 152.577) e outros, representando Henrique Duque de Miranda Chaves Filho; Marcus Vinicius David e Marcos Tanure Sanábio, representando Universidade Federal de Juiz de Fora; André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB-DF 30293), Gabriel Araujo Tannuri (OAB-RJ 221.773) e outros, representando Tratenge Engenharia Ltda.

MINISTRO JHONATAN DE JESUS**002.554/2024-0 - Natureza: Representação**

Representante: A & C Construções e Serviços Eireli.

Unidade jurisdicionada: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Administração Central.

Representação legal: Francisco Sousa dos Santos Neto (OAB-RN 8.134), representando A & C Construcoes e Servicos Eireli; Peter Alexander da Costa Lange (OAB-DF 17.740), representando Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal.

007.861/2024-9 - Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Municipal de Saúde/Município de Graccho Cardoso/SE.

Representação legal: não há.

027.372/2018-9 - Natureza: Recurso de Revisão (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Responsável: Laureano da Silva Barros.

Recorrente: Laureano da Silva Barros.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Benedito Leite/MA.

Representação legal: Sâmara Santos Noletto (OAB-MA 12996) e Lucas Antonioni Coelho Aguiar (OAB-MA 12822), representando Laureano da Silva Barros.

037.407/2023-6 - Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Deputada Federal Júlia Zanatta.

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

Representação legal: André Yokomizo Aceiro (OAB-DF 17.753), Lenymara Carvalho (OAB-DF 33.087), Guilherme Lopes Mair (OAB-DF 32.261), Marcela Portela Nunes Braga (OAB-DF 29.929) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI**026.468/2011-5 - Natureza: RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Responsáveis: Advance Comunicação e Marketing Ltda ; Associação Brasileira de Agências de Viagens Ceará; Carlos Paulo de Sousa; Exibidoor Propaganda Ltda ; Expressao Grafica e Editora Ltda; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante; Freda Azevedo Dias; Frederico Silva da Costa; Fundação Xxvii de Setembro; Grafica Encaixe Ltda ; Grafica Sergio Eireli ; Grafica e Editora Pouchain Ramos Ltda ; José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Jurema Camargo Monteiro; Luciano Paixão Costa; Mario Augusto Lopes Moyses; Marta Feitosa Lima Rodrigues; Márcio Ferreira do Nascimento; Print Solucoes Graficas e Eventos Eireli ; Suemy Andrade Vasconcelos; Sérgio Flores de Albuquerque.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

Representação legal: Antonio Braga Neto (OAB-CE 17713) e Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB-CE 31566), representando José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante, representando Luciano Paixão Costa; Flavio Schegerin Ribeiro (OAB-DF 21.451), representando Jurema Camargo Monteiro; Raimundo Bezerra da Silva Júnior, representando Francisca Regina Magalhaes Cavalcante; Camila de Paula e Silva (OAB-DF 38.528), representando Frederico Silva da Costa; Rafael Pestana Fogal, Pedro Henrique Mazzaro Lopes e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses; Denyze Naves de Souza e Silva (OAB-DF 31307), Fernanda Barbosa Antunes (OAB-DF 46529) e outros, representando Sérgio Flores de Albuquerque; Flavio Schegerin Ribeiro (OAB-DF 21.451), representando Márcio Ferreira do Nascimento; Viviane da Silva Rodrigues e Adrian Aubrey Pouso Sue, representando Carlos Paulo de Sousa.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

MINISTRO AUGUSTO NARDES

036.401/2018-8 - Recurso de revisão contra acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e aplicação de multa, em tomada de contas especial instaurada em razão de sobrepreço na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, com recursos repassados pelo Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação, no exercício de 2015.

Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Adamor Aires de Oliveira.

Unidade Jurisdicionada: Município de Santa Luzia do Pará - PA.

Representação legal: Ingrid das Neves Moreira (OAB/PA 30050), Raquel de Souza Morais Oliveira (OAB/DF 61248), Hulle Barreto Ferraz Nunes Ferreira (OAB/DF 46777) e outros, representando Adamor Aires de Oliveira.

Interesse em sustentação oral:

- **Ingrid das Neves Moreira (OAB/PA nº 30.050)** e **João Eudes de Carvalho Neri (OAB/PA nº 11.183)**, em nome de ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA

MINISTRO VITAL DO RÊGO

001.526/2017-0 - Pedido de reexame contra acórdão mediante o qual foram aplicadas multas e sanções de inabilitação aos recorrentes em representação, apartada de representação acerca de possíveis irregularidades relacionadas à concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária/PNRA, autuada para análise em separado das audiências.

Recorrentes: Carlos Mario Guedes de Guedes, Celso Lisboa de Lacerda, Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, Cesar Jose de Oliveira, Luiz Gugé Santos Fernandes, Marcelo Afonso Silva, Nilton Bezerra Guedes e Rolf Hackbart.

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Representação legal: Junior Divino Fideles (OAB/GO 22.538) e outros.

Interesse em sustentação oral:

- **Junior Divino Fideles (OAB/GO nº 22.538)**, em nome de CARLOS MARIO GUEDES DE GUEDES, LUIZ GUGÉ SANTOS FERNANDES, MARCELO AFONSO SILVA, CESAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI, CESAR JOSE DE OLIVEIRA, NILTON BEZERRA GUEDES, ROLF HACKBART e CELSO LISBOA DE LACERDA

REABERTURA DE DISCUSSÃO

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

002.432/2024-2 - Representação em que se requer o acompanhamento de disputa entre pessoas jurídicas de direito privado que poderia resultar em suspensão supostamente indevida da multa de leniência aplicada a uma delas.

Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério Público Federal.

Representação legal: não há.

Revisor: Ministro Jhonatan de Jesus (17/04/2024)

MINISTRO JORGE OLIVEIRA

010.758/2018-6 - Recurso de reconsideração interposto contra acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas da recorrente, com condenação em débito e multa no âmbito de tomada de contas especial instaurada em razão do descumprimento de determinações emitidas para elidir superfaturamento identificado em obras de duplicação da rodovia BR-230/PA no trecho de travessia urbana de Marabá/PA.

Recorrente: Cmt Engenharia Eireli.

Unidade jurisdicionada: Município de Marabá/PA.

Responsáveis: Cmt Engenharia Eireli, Consorcio Cmt - Egesa - Maraba, Egesa Engenharia S/A, João Salame Neto, Maurino Magalhães de Lima.

Interessados: Superintendência Regional do Banco do Brasil no Estado do Pará, Superintendência Regional do Dnit no Estado do Pará.

Representação legal: Rafael Ferracina (OAB-DF 35.893), representando Cmt Engenharia Eireli.

Revisor: Ministro Benjamin Zymler (20/09/2023)

MINISTRO ANTONIO ANASTASIA

023.274/2009-0 - Embargos de declaração contra acórdão que conheceu e negou provimento a recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputou-lhes débito, aplicou-lhes multa e, para parte deles, sanção de inabilitação, em sede de tomada de contas especial instaurada para apurar dano ao erário decorrente de superfaturamento na aquisição de medicamentos.

Embargantes: Eduardo Tarcísio Brito Targino; José Carlos Cativo Gedeão; Unicom Produtos Hospitalares Ltda; Especificarma Com de Medicamentos e Pro Hospitalares Ltda; Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A; Wagner de Barros Campos.

Unidade jurisdicionada: Fundação Nacional de Saúde.

Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino, Especificarma Com de Medicamentos e Pro Hospitalares Ltda, Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A., Jose Carlos Cativo Gedeao, Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, Unicom Produtos Hospitalares Ltda, Wagner de Barros Campos.

Representação legal: Munir Ramos Curi (OAB-RJ 125.923), representando Especificarma Com de Medicamentos e Pro Hospitalares Ltda; Isabela Mendes Magliano, Walter Costa Porto (OAB-DF 6.098) e outros, representando Unicom Produtos Hospitalares Ltda; Faical Assrauy (OAB-MG 90.362), Carla Valente Brandão (OAB-GO 13.267) e outros, representando Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.a.; Isaac Kofi Medeiros (OAB-SC 50.803), Salomão Antonio Ribas Junior (OAB-SC 40.914) e outros, representando Eduardo Tarcísio Brito Targino; Isaac Kofi Medeiros (OAB-SC 50.803), Salomão Antonio Ribas Junior (OAB-SC 40.914) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Isaac Kofi Medeiros (OAB-SC 50.803), Salomao Antonio Ribas Junior (OAB-SC 40.914) e outros, representando Jose Carlos Cativo Gedeao.

1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (17/04/2024)

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

037.531/2021-2 - Representação, apartada de monitoramento de determinação expedida em acórdão proferido no âmbito de prestação de contas relativas ao exercício de 2015, instaurada para apurar questões relativas à legalidade e à vantajosidade da sistemática de arrecadação direta das contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Departamento Regional do Senai no Distrito Federal; Departamento Regional do Senai no Estado da Bahia; Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba; Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Senai no Estado de Pernambuco; Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia; Departamento Regional do Senai no Estado de Roraima; Departamento Regional do Senai no Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo; Departamento Regional do Senai no Estado de Tocantins; Departamento Regional do Senai no Estado do Acre; Departamento Regional do Senai no Estado do Alagoas; Departamento Regional do Senai no Estado do Amapá; Departamento Regional do Senai no Estado do Amazonas; Departamento Regional do Senai no Estado do Ceará; Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Senai no Estado do Goiás; Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão; Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso; Departamento Regional do Senai no

Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Senai no Estado do Pará; Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Departamento Regional do Senai no Estado do Piauí; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Norte; Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado de Roraima; Departamento Regional do Sesi no Estado do Acre; Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal; Departamento Regional do Sesi no Estado da Bahia; Departamento Regional do Sesi no Estado da Paraíba; Departamento Regional do Sesi no Estado de Alagoas; Departamento Regional do Sesi no Estado de Mato Grosso; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Pernambuco; Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia; Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo; Departamento Regional do Sesi no Estado de Sergipe; Departamento Regional do Sesi no Estado de Tocantins; Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá; Departamento Regional do Sesi no Estado do Amazonas; Departamento Regional do Sesi no Estado do Ceará; Departamento Regional do Sesi no Estado do Espírito Santo; Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás; Departamento Regional do Sesi no Estado do Maranhão; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Pará; Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi no Estado do Piauí; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Norte; Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul.

Responsável: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Representação legal: Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB-DF 15.398), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB-RJ 91.152) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Alexandre Vitorino Silva (OAB-DF 15.774), Thiago Pedrosa Figueiredo (OAB-DF 18.230) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal; Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB-DF 15.398), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB-RJ 91.152) e outros, representando Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional; Alexandre Vitorino Silva (OAB-DF 15.774), Thiago Pedrosa Figueiredo (OAB-DF 18.230) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Distrito Federal.

1º Revisor: Ministro Augusto Nardes (28/02/2024)

2º Revisor: Ministro Jorge Oliveira (28/02/2024)

3º Revisor: Ministro Antonio Anastasia (28/02/2024)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

022.607/2022-6 - Denúncia de possíveis irregularidades relacionadas à contratação de cargos em comissão acima do limite legalmente previsto.

Interessados/Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (PR).

Representação legal: Diogo Marcos de Almeida (OAB-PR 68.200).

040.227/2023-5 - Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de auditoria para verificar a regularidade de recursos federais repassados entre 2014 e 2023 mediante convênios especificados.

Interessados/Responsáveis: não há.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome.

Representação legal: não há.

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

010.117/2004-0 - Embargos de declaração em face de acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelo ora embargante contra acórdão por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares, com condenação em débito e aplicação de multa, em prestação de contas simplificada relativa ao exercício de 2003.

Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional, Abram Abe Szajman; Albucacis de Castro Pereira; Ana Celia Pires; Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Cogefe Engenharia Comércio e Empreendimentos Ltda.; Daniel Falcão Armindo; Daniella Motta Marques Ribeiro; Gilberto de Araújo Lima; Infracon Construtora e Incorporadora Eireli; Luis Fernando de Mello Costa; Maron Emile Abi-abib; Renato Rossi, Antônio José Domingues de Oliveira Santos.

Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional.

Representação legal: Bruno Murat do Pillar (OAB/RJ 95.245) e Cécito Augusto Esteves (OAB/RJ 80.433), representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440), Alain Alpin Mac Gregor (OAB/RJ 101.780) e outros, representando Serviço Social do Comércio - Administração Nacional; Luiz Fernando Caldas Freitas (OAB/GO 38.027), Gisela Pereira de Souza Melo (OAB/GO 19.718) e outros, representando Infracon Construtora e Incorporadora Eireli.

010.689/2022-2 - Tomada de contas especial, apartada de auditoria objetivando avaliar a regularidade dos procedimentos de contratação de empresa, autuada para apurar indícios de superfaturamento em contrato cujo objeto era a construção de adutora e da rede de distribuição de água, incluindo materiais e equipamentos, para atender o povoado de Jucuri e adjacências.

Responsáveis: José Humberto Dantas de Medeiros; José Eduardo Alves Wanderley; Sol Brazen Incorporações e Construções Eireli.

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Representação legal: Rilke Barth Amaral de Andrade (OAB/RN 8.237), representando Sol Brazen Incorporações e Construções Eireli; Rilke Barth Amaral de Andrade (OAB/RN 8.237), representando José Eduardo Alves Wanderley; Rilke Barth Amaral de Andrade (OAB/RN 8.237), representando Jose Humberto Dantas de Medeiros.

021.566/2023-2 - Processo de desestatização relativo à primeira prorrogação de autorizações de uso de radiofrequências das faixas de 1.900 MHz e de 2.100 MHz conferidas para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas regiões II e III do Plano Geral de Autorizações (PGA) do SMP.

Interessados/Responsáveis: Algar Telecom S/A.

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

Representação legal: não há.

023.116/2023-4 - Processo administrativo em que se analisa recurso hierárquico contra decisão da presidência do TCU que indeferiu pedido formulado pelo recorrente para concessão de aposentadoria voluntária.

Interessado: Sergio Augusto Paula.

Órgão/Entidade/Unidade: não há.

Representação legal: não há.

032.099/2023-1 - Processo administrativo em que se analisa projeto de resolução com o objetivo de promover os ajustes pertinentes em todos os normativos do TCU que façam referência a dispositivos revogados pela Resolução-TCU 346/2022, que alterou as regras de distribuição de processos a ministros e ministros-substitutos no âmbito do TCU.

Interessados/Responsáveis: não há.

Órgão/Entidade/Unidade: não há.

Representação legal: não há.

MINISTRO AUGUSTO NARDES

005.862/2018-3 - Auditoria em contrato celebrado para a realização das obras de engenharia da Fase I-B do contrato de concessão do aeroporto de Viracopos, em Campinas/SP.

Interessados/Responsáveis: Aeroportos Brasil - Viracopos S/A ; Congresso Nacional (vinculador); Construtora Triunfo S/A ; Consórcio Construtor Viracopos , André Luís Marques de Barros; Antônio Claret de Oliveira; Antônio Gustavo Matos do Vale; Carlos Alberto da Silva Souza; Claiton Resende Faria; Danielle de Sá Quirino Costa; Eduardo Roberto Stuckert Neto; Francisco José de Siqueira; Ivan Oliveira Souto; Jonas Maurício Lopes; José Irenaldo Leite de Ataíde; Juliano Alcantara Noman; Marcelo José Coghi; Marcelo Raggi Pacheco; Marx Martins Marsicano Rodrigues; Mauro Roberto Pacheco de Lima; Monica Maria Mendes Moreira; Rafael Jose Botelho Faria; Rogério Teixeira Coimbra.

Unidade Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Representação legal: Lycurgo Leite Neto (OAB/DF 1530-a) e Ken Wyller Oliveira Franca (OAB/DF 16.669-E), representando Juliano Alcantara Noman; Thais Strozzi Coutinho Carvalho (OAB/DF 19573), representando José Irenaldo Leite de Ataíde; Maria Carolina Viana Machado Pinheiro (OAB/SP 235057), representando o Consórcio Construtor Viracopos; Eduardo Doria Nehme (OAB/DF 34320) e Matheus de Rossi Alves (OAB/DF 57.051), representando Monica Maria Mendes Moreira; Thais Strozzi Coutinho Carvalho (OAB/DF 19573), representando Francisco José de Siqueira; Márcia Fernandes Bezerra (OAB/PR 35769), entre outros, representando a Aeroportos Brasil - Viracopos S/A; Isaque dos Santos (OAB/SP 163686) e Humberto Sales Batista (OAB/SP 47185), representando Carlos Alberto da Silva Souza; Diego Labre Abdalla (OAB/PR 53.229), representando Marcelo Raggi Pacheco; Thais Strozzi Coutinho Carvalho (OAB/DF 19573), representando Antônio Gustavo Matos

do Vale; Thais Strozzi Coutinho Carvalho (OAB/DF 19573), representando Claiton Resende Faria; Raquel Coppio Costa (OAB/DF 43.660) e Raquel Candida Braga (OAB/DF 31.532), representando Rogério Teixeira Coimbra; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596), representando Mauro Roberto Pacheco de Lima; Marcus Paulo Santiago Teles Cunha (OAB/DF 34.184), representando Rafael José Botelho Faria; Thais Strozzi Coutinho Carvalho (OAB/DF 19573), representando André Luís Marques de Barros; Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546), entre outros, representando a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

011.155/2024-8 - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações relacionadas a pagamentos de diárias e passagens com possíveis irregularidades.

Interessados/Responsáveis: não há.

Unidade Jurisdicionada: Ministério dos Povos Indígenas.

Representação legal: não há

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

007.138/2022-9 - Auditoria financeira, com aspectos operacionais e de conformidade, para avaliar os controles internos relativos ao reconhecimento inicial de direito previdenciário.

Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional do Seguro Social.

Interessado: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.

Representação legal: não há.

007.379/2022-6 - Consulta acerca da aplicação do instituto da paridade contributiva a casos de equacionamento de déficit de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) patrocinadas por entes públicos.

Consulente: Ministério do Trabalho e Previdência (extinto).

Unidade jurisdicionada: Ministério da Previdência Social.

Representação legal: não há.

012.474/2013-4 - Pedidos de reexame contra acórdão, proferido em representação acerca de possíveis irregularidades em procedimento de aquisição de solução para a operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais e Extrajudiciais (Cnipe), por meio do qual foi aplicada multa aos recorrentes e determinada a conversão do processo em tomada de contas especial.

Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Emilia Maria Rodrigues da Silva; Fernando Florido Marcondes; Francisco Gonçalves de Araujo Filho; Getúlio Vaz; Glaucia Elaine de Paula; Helena Yaeco Fujita Azuma; Olivio Fernandes Balbino; Rossilany Marques Mota, Glaucia Elaine de Paula; Olivio Fernandes Balbino.

Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Justiça.

Representação legal: Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB-DF 3037) e Luiz Claudio de Almeida Abreu (OAB-DF 301), representando Emilia Maria Rodrigues da Silva; Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB-DF 3037) e Luiz Claudio de Almeida Abreu (OAB-DF 301), representando Francisco Gonçalves de Araujo Filho; Sebastião do Espirito Santo Neto (OAB-DF 10.429) e Leonardo Freire de Melo (OAB-DF 15960/E), representando Olivio Fernandes Balbino; Guilherme Gonçalves Martin (OAB-DF 42.989), Isabella Ribeiro Goncalves (OAB-DF 65.024) e outros, representando Fernando Florido Marcondes; Thainara Coelho Damasceno (OAB-DF 36333), representando Rossilany Marques Mota; Marcos Jorge Caldas Pereira (OAB-DF 2.475), Joao Carneiro de Ulhoa (OAB-DF 18.805) e outros, representando Glaucia Elaine de Paula; Nelson Castro de Sa Teles (OAB-DF 21838), representando Helena Yaeco Fujita Azuma; José Rollemberg Leite Neto (OAB-DF 23656), Eliseu Klein (OAB-DF 23661) e outros, representando Antonio Cezar Peluso.

025.940/2021-0 - Processo administrativo em que se analisa pedido de habilitação para pensão por morte.

Interessado: Isabela Rangel Barbosa.

Representação legal: não há

MINISTRO VITAL DO RÊGO

015.281/2016-7 - Recurso de revisão contra acórdão por meio do qual foi excluído um responsável da relação processual em tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas do Projeto "Brasília 50 Anos - Exposição Fotográfica".

Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

Representação legal: não há

044.789/2021-1 - Representação autuada para analisar a regularidade de decisão que teria inviabilizado o repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.

Representação legal: Juliana Lima Falcao Ribeiro (OAB/MG 222.058) e outros.

MINISTRO JORGE OLIVEIRA

001.970/2024-0 - Consulta a respeito da possibilidade de os empregados contratados sem concurso público por empresa estatal criada por município de ex-território federal serem transpostos para os quadros em extinção da administração pública federal.

Consulente: Advocacia-Geral da União.

Representação legal: não há.

002.275/2018-0 - Auditoria para análise das operações de crédito externo realizadas para financiamento à exportação de bens e serviços de engenharia para obras de energia elétrica no exterior.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Responsáveis: Armando Mariante Carvalho Junior, Bruno Castelo Branco, Carlos Frederico Braz de Souza, Daniel do Espírito Santo Cardoso Seiceira, Demian Fiocca, Eduardo Rath Fingerl, Elvio Lima Gaspar, Fernando Marques dos Santos, Guilherme Narciso de Lacerda, João Barbosa de Oliveira, João Carlos Ferraz, Jorge Kalache Filho, Jose Roberto Leal Ferreira Fiorencio, Juliana Ferreira Ribeiro Pessoa, Julio Cesar Maciel Ramundo, Luciano Galvão Coutinho, Luciene Ferreira Monteiro Machado, Luiz Antonio Araujo Dantas, Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, Luiz Fernando Linck Dorneles, Luiz Filipe de Castro Neves, Marcela Puppim Carvalho, Marcelo Oliveira Santos, Marcelo Orlando Mesquita da Silva, Marcia Cristina da Silva Dias, Marcio Kendi Inafuku, Marcos Alberto Pereira Motta, Marcus Sergio Martins Aguiar, Mauricio Borges Lemos, Patricia Mirela Ramon de Arruda, Roberto Zurli Machado, Roger Louis Fernand Egea, Thiago Leone Mitidieri, Vivian Regina Costa Winkel, Vladimir Matheus Ribeiro de Souza e Wagner Bittencourt de Oliveira.

Representação legal: Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Carlos Frederico Braz de Souza; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Patricia Mirela Ramon de Arruda; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Vivian Regina Costa Winkel; Pedro Jose de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Jose Roberto Leal Ferreira Fiorencio; Pedro Jose de Almeida Ribeiro (163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Roger Louis Fernand Egea; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Marcia Cristina da Silva Dias; Louise Dias Portes (OAB-RJ 203.612), representando Elvio Lima Gaspar; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Marcela Puppim Carvalho; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17.587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando João Carlos Ferraz; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Marcio Nobre Migon; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), André Uryn (OAB-RJ 110.580) e outros, representando Wagner Bittencourt de Oliveira; Felipe Lima Araújo Romero (OAB-RJ 215.001), Sarah Roriz de Freitas (OAB-DF 48.643) e outros, representando Julio Cesar Maciel Ramundo; Pedro Jose de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Roberto Zurli Machado; Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), André Uryn (OAB-RJ 110.580) e outros, representando

Armando Mariante Carvalho Junior; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luiz Antonio Araujo Dantas; Daniella Felix Teixeira (OAB-RJ 224.286), representando Eduardo Rath Fingerl; Mayara Guardiano Nascimento (OAB-DF 72.442), Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884) e outros, representando Marcelo Oliveira Santos; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luciene Ferreira Monteiro Machado; Mayara Guardiano Nascimento (OAB-DF 72.442), Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884) e outros, representando Thiago Leone Mitidieri; Pedro Jose de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140352) e outros, representando Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Raquel Batissaco Duarte; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luiz Filipe de Castro Neves; Mayara Guardiano Nascimento (OAB-DF 72442), Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884) e outros, representando Daniel do Espirito Santo Cardoso Seiceira; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Juliana Ferreira Ribeiro Pessoa; Anderson Medeiros Bonfim (OAB-SP 315.185), Fernando Hideo Iochida Lacerda (OAB-SP 305.684) e outros, representando Guilherme Narciso de Lacerda; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando Mauricio Borges Lemos.

011.446/2022-6 - Acompanhamento com o objetivo de avaliar a implementação das recomendações feitas mediante acórdão proferido em auditoria de conformidade com o objetivo de analisar os procedimentos e normas empregados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na análise do custo estimado de investimento dos projetos submetidos à sua aprovação.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNDES Participações S.A.

Interessados/Responsáveis: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

Representação legal: André Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNDES Participações S.A.

017.470/2016-1 - Representação, apartada de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de analisar as operações de financiamento à exportação de serviços a ente público estrangeiro, concedidas entre 2005 e 2014, autuada para analisar operações de financiamentos concedidos para apoiar a exportação de serviços de engenharia, relacionados especificamente à construção do Porto de Mariel em Cuba e do Estaleiro Astialba na Venezuela.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Responsáveis: Armando Mariante Carvalho Junior, Bruno Castelo Branco, Eduardo Rath Fingerl, Elvio Lima Gaspar, Fernando Marques dos Santos, Guilherme Narciso de Lacerda, João Carlos Ferraz, Julio Cesar Maciel Ramundo, Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, Luciano Galvão Coutinho, Luciene Ferreira Monteiro Machado, Luiz Antonio Araujo Dantas, Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, Luiz Fernando Linck Dorneles, Luiz Filipe de Castro Neves, Marcia Cristina da Silva Dias, Mauricio Borges Lemos, Roberta Lavalle da Silva Faria, Roberto Zurli Machado, Thiago Leone Mitidieri, Vania Conze Cezimbra, e Wagner Bittencourt de Oliveira.

Representação legal: Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), representando Roberto Zurli Machado; Andre Correia Raposo Felipe e outros, representando BNDES; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Armando Mariante Carvalho Junior; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e outro, representando Luiz Antonio Araujo Dantas; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Eduardo Rath Fingerl; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e outro, representando Marcia Cristina da Silva Dias, Vania Conze Cezimbra, Luciene Ferreira Monteiro Machado, Bruno Castelo Branco e Luiz Filipe de Castro Neves; Luis Inacio Lucena Adams (OAB-DF 29.512) e outros, representando Elvio Lima Gaspar; Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884), representando Roberta Lavalle da Silva Faria; Daniella Felix Teixeira (OAB-RJ 224.286), representando Fernando Marques dos Santos; Fernanda Oliveira de Alencar, Renan Freitas Rodrigues da Silva (OAB-DF 77.286) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S/A; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17.587) e outros, representando João Carlos Ferraz, Luciano Galvão Coutinho e Mauricio Borges Lemos; Mayara Guardiano Nascimento (OAB-DF 72.442) e outros, representando Thiago Leone Mitidieri; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187) e outros, representando Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Luiz Fernando Linck Dorneles; Anderson Medeiros Bonfim (OAB-SP 315.185) e outros, representando Guilherme Narciso de Lacerda; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Wagner Bittencourt de Oliveira; Felipe Lima Araújo Romero (OAB-RJ 215.001) e outros, representando Julio Cesar Maciel Ramundo.

017.475/2016-3 - Representação, apartada de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de analisar as operações de financiamento à exportação de serviços a ente público estrangeiro, concedidas entre 2005 e 2014, atuada para analisar operações de financiamentos a ente público estrangeiro para apoiar serviços de engenharia relacionados à construção de gasodutos.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Responsáveis: Andre de Barros Ruttimann, Angela Regina Pereira de Carvalho, Armando Mariante Carvalho Junior, Bruno Castelo Branco, Carlos Gastaldoni, Cristiana Starling de Moraes, Demian Fiocca, Eduardo Rath Fingerl, Elvio Lima Gaspar, Elydia Mariana da Silva Hirata, Fernando Marques dos Santos, João Carlos Ferraz, Julio Cesar Maciel Ramundo, Leonardo Botelho Ferreira, Luciano Galvão Coutinho, Luciene Ferreira Monteiro Machado, Luiz Antonio Araujo Dantas, Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, Luiz Fernando Linck Dorneles, Luiz Filipe de Castro Neves, Marcia Cristina da Silva Dias, Marta Cunha da Cruz Machado, Mauricio Borges Lemos, Pablo Barrio Arconada, Roberto Zurli Machado, Vinicius Santiago Lamas, Vitor de Bragança Freixo, Vladimir Matheus Ribeiro de Souza e Wagner Bittencourt de Oliveira.

Representação legal: Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Elydia Mariana da Silva Hirata; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Carlos Gastaldoni; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Vladimir Matheus Ribeiro de Souza; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Marcia Cristina da Silva Dias; Louise Dias Portes (OAB-RJ 203.612), Luis Inacio

Lucena Adams (OAB-DF 29.512) e outros, representando Elvio Lima Gaspar; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Leonardo Botelho Ferreira; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17.587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando João Carlos Ferraz; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando André de Barros Ruttimann; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Pablo Barrio Arconada; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Themistocles Meneses Neto; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Vitor de Braganca Freixo; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Vicinius Santiago Lamas; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187/OAB-RJ), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Marta Cunha da Cruz Machado; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Luiz Fernando Linck Dorneles; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Cristiana Starling de Moraes; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Wagner Bittencourt de Oliveira; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Julio Cesar Maciel Ramundo; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Roberto Zurli Machado; Andre Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), representando Armando Mariante Carvalho Junior; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luiz Antonio Araujo Dantas; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Eduardo Rath Fingerl; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Fernando Marques dos Santos; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luciene Ferreira Monteiro Machado; Paulo Eduardo Sampaio Barreto da Rocha, Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Demian Fiocca; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Bruno Castelo Branco; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), Ana Paula Barbosa de Sa (OAB-RJ 140.352) e outros, representando Angela Regina Pereira de Carvalho; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Andre Taveira Cruz; Pedro José de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187), representando Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Luiz Filipe de Castro Neves; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17.587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando Luciano Galvão Coutinho; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17.587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando Mauricio Borges Lemos.

020.662/2023-8 - Solicitação de Solução Consensual para a resolução de controvérsias em contratos de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Telecomunicações; Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério das Comunicações; Ministério das Comunicações.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: Adriana da Cunha Costa (OAB-RJ 108.872).

025.828/2021-5 - Pedidos de reexame contra acórdão que aplicou multa aos recorrentes e inabilitou um deles em representação sobre possíveis irregularidades na formalização de termos aditivos a contrato para prestação de serviços contínuos de transporte e armazenagem dos Insumos Críticos de Saúde (ICS).

Representante: Senadora da República Eliziane Gama.

Recorrentes: Roberto Ferreira Dias; Alex Lial Marinho

Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde

Responsáveis: Alex Lial Marinho, Roberto Ferreira Dias.

Interessados: Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, Voetur Cargas e Encomendas Ltda, Vtc Operadora Logística Ltda.

Representação legal: Caio Chaves Morau (OAB-SP 357.111), representando Alessandro Vieira; André Jansen do Nascimento (OAB-DF 51.119), representando Alex Lial Marinho; Teresa Raquel Figueredo da Silva (OAB-DF 67.640), representando Roberto Ferreira Dias; Paula Echamende Lindoso Baumann (OAB-DF 24.172), Andreia da Silva Lima (OAB-DF 25.408) e outros, representando VTC Operadora Logística Ltda.

030.083/2017-6 - Tomada de contas especial, oriunda da conversão de representação apartada de solicitação do Congresso Nacional em que se requereu a realização de auditoria para examinar operações de crédito e transações financeiras com grupo empresarial especificado, autuada em razão de irregularidades identificadas na operação de aporte de capital, mediante participação acionária em empresa visando a sua capitalização com a finalidade de adquirir duas empresas norte-americanas.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Bndes Participações S.A.

Responsáveis: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Armando Mariante Carvalho Junior, Caio Britto de Azevedo, Caio Marcelo de Medeiros Melo, Carlos Augusto Muller Ferreira, Eduardo Rath Fingerl, Elvio Lima Gaspar, Fabio Sotelino da Rocha, Gil Bernardo Borges Leal, Guido Mantega, Jaldir Freire Lima, Jbs S/A, Joao Furtado de Aquino, Joesley Mendonca Batista, Jorge Eduardo Martins Moraes, Jorge Kalache Filho, Jorge Luiz Sozzi de Moraes, Jose Claudio Rego Aranha, João Carlos Ferraz, Julio Cesar Maciel Ramundo, Lucia Maria Coelho Weaver, Luciano Galvão Coutinho, Luis Carlos Schwarz, Luiz Antonio Araujo Dantas, Luiz Fernando Linck Dorneles, Marcio Duarte de Medeiros, Maria de Lourdes Coelho Cavalcanti de Albuquerque, Mariane Sardenberg Sussekind, Mauricio Borges Lemos, Paulo Todescan Lessa Mattos, Ramom Dantas Rotta, Renata Bastos Maccacchero Victor, Renato Francisco Martins, Ricardo Luiz de Souza Ramos, Roberto Zurli Machado, Robson Wagner Oliveira Sarmiento, Victor Garcia Sandri, Wagner Bittencourt de Oliveira, Yolanda Maria Melo Ramalho.

Interessada: Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

Representação legal: Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278), representando Jaldir Freire Lima, Ricardo Luiz de Souza Ramos, Lúcia Maria Coelho Weaver, Gil Bernardo Borges Leal, Jorge Kalache Filho, Júlio César Maciel Ramundo,

Roberto Zurli Machado, Luiz Antônio Araújo Dantas, André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, João Furtado de Aquino, Yolanda Maria Melo Ramalho, Carlos Augusto Muller Ferreira, Mariane Sardenberg Sussekind, Caio Britto de Azevedo e Robson Wagner Oliveira Sarmento; Bruno Castro Carriello Rosa (OAB-RJ 97.854), Luiza Rangel de Moraes (OAB-RJ 21.509) e outros, representando Renato Francisco Martins, José Cláudio Rego Aranha, Jorge Eduardo Martins Moraes e Fábio Sotelino da Rocha; Danilo Orenha Conceição (OAB-SP 315.244), Renata Foizer Silva Manzoni (OAB-CE 23.602) e outros, representando Paulo Todescan Lessa Mattos; Louise Dias Portes (OAB-RJ 203.612), Luís Inácio Lucena Adams (OAB-RJ 29.512) e outros, representando Élvio Lima Gaspar; Renata Paiva Gonçalves Leal, Gabriel Zandomeneghi Rodrigues e outros, representando João Carlos Ferraz e Maurício Borges Lemos; Maria Isabel do Prado Bocater (OAB-RJ 28.559), representando Luiz Fernando Linck Dorneles, Wagner Bittencourt de Oliveira e Armando Mariante Carvalho Júnior; Vitória Franco da Silva (OAB-DF 19.128/E), Lucas Licy Ribeiro Mello (OAB-MG 181.883) e outros, representando Joesley Mendonça Batista; Gustavo Coutinho Barros da Silva (OAB-RJ 159.656), Ana Glória Santos Moreira de Souza (OAB-DF 47.078) e outros, representando JBS S/A; André Correia Raposo Felipe, Juliana Silva Bernardo e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Bndes Participações S.A; Ana Luiza Vieira Moerbeck (OAB-RJ 173.554), representando Eduardo Rath Fingerl; Darlan Lucas do Carmo Figueiredo (OAB-DF 17.345/E), Eugênio José Guilherme de Aragão (OAB-DF 4.935) e outros, representando Guido Mantega; Fernanda Oliveira de Alencar (OAB-DF 72.790), representando Ramom Dantas Rotta; Maria Isabel do Prado Bocater (OAB-RJ 28.559), Millena Almeida Aranha de Castro e outros, representando Jorge Luiz Sozzi de Moraes; Felipe Salathe Rogoginsky (OAB-RJ 219.053), Nathalia Maia Terra de Faria (OAB-RJ 246.354) e outros, representando Renata Bastos Maccacchero Victer; Isabela Mendes Magliano, Ana Flávia Rodrigues Araújo (OAB-DF 54.552) e outros, representando Victor Garcia Sandri; Renata Paiva Gonçalves Leal, Guilherme de Araújo Pinho Costa e outros, representando Luciano Galvão Coutinho; Fernanda Oliveira de Alencar (OAB-DF 72.790), representando Maria de Lourdes Coelho Cavalcanti de Albuquerque.

032.287/2023-2 - Representação sobre possíveis irregularidades em concorrência promovida para alienar, sob a forma de permuta, imóvel de propriedade da União por obras de engenharia relacionadas à construção de novo hospital naval no Estado do Rio Grande do Norte.

Representante: Senador José Renan Vasconcelos Calheiros.

Unidade jurisdicionada: Centro de Intendência da Marinha em Natal.

Representação legal: João Marcelo de Castro Novais (OAB-DF 22.762), representando o Senador José Renan Vasconcelos Calheiros.

- 035.322/2015-2** - Agravo contra despacho que conheceu de recurso de revisão mas indeferiu pedido de efeito suspensivo em tomada de contas especial instaurada em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos públicos federais repassados mediante convênio que teve por objeto a construção de um aterro sanitário.
Recorrente: Osmar Fonseca dos Santos.
Unidade jurisdicionada: Município de Lago do Junco/MA.
Responsáveis: Haroldo Euvaldo Brito Lêda; Osmar Fonseca dos Santos.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: Bruno Mendes (OAB-DF 44.498), Gabriel Barreto de Freitas (OAB-DF 64.320) e outro, representando Osmar Fonseca dos Santos; Bertoldo Klinger Barros Rêgo Neto (OAB-MA 11.909) e outros, representando Haroldo Euvaldo Brito Lêda.
- 038.961/2023-7** - Processo do tipo Ações Judiciais/Solicitação de Subsídios em que se requer a produção de perícia contábil-financeira-econômica.
Interessado: Supremo Tribunal Federal (ministro Luiz Fux)
Representação legal: não há
- 040.199/2023-1** - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações a respeito da participação do Brasil na COP-28 - 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, entre 30/11 e 12/12/2023.
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Unidade jurisdicionada: Governo Federal.
Representação legal: não há.

MINISTRO ANTONIO ANASTASIA

- 002.579/2024-3** - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual foram expedidas ciências em representação acerca de supostas irregularidades em pregão eletrônico que teve por objeto a contratação de serviços de disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego em rodovias federais, abrangendo 21 unidades da federação.
Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessado: GCT - Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A
Representação legal: Adriano Jose Borges Silva (OAB-BA 17025), Cristiana Nepomuceno de Sousa Soares (OAB-MG 71885) e André Luiz Martins Leite (OAB-MG 139940), representando Mobit - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda; Breno Vaz de Mello Ribeiro (OAB-MG 114306), Gustavo Alexandre Magalhães (OAB-MG 88124) e outros, representando GCT - Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A

032.154/2023-2 - Monitoramento de determinação expedida em acórdão proferido em denúncia de supostas irregularidades relacionadas à aplicação de recursos oriundos de precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação no pagamento de dívidas previdenciárias, em desacordo com as normas legais e constitucionais que regulam a matéria e a jurisprudência desta Corte de Contas.

Unidade Jurisdicionada: Município de Maribondo (AL)

Representação legal: não há

033.198/2023-3 - Pedido de reexame contra acórdão por meio do qual foi considerado ilegal ato de pensão militar e negado o seu registro.

Unidade Jurisdicionada: Comando da Marinha

Interessados: Centro de Controle Interno da Marinha; Marli Francisca Cruz dos Santos

Representação legal: não há

MINISTRO JHONATAN DE JESUS

000.461/2024-5 - Acompanhamento de acordo de leniência.

Unidade jurisdicionada: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Representação legal: Leonardo Thadeu de Oliveira (OAB-RJ 109.115), Walter Baere de Araújo Filho (OAB-DF 55.138) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

023.723/2017-3 - Recurso de reconsideração contra acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas da recorrente, com condenação em débito, aplicação de multa e de sanção de inabilitação, em tomada de contas especial oriunda de conversão de representação, instaurada em razão de indícios de irregularidade na prestação de contas ordinária relativa ao exercício de 2013.

Recorrente: Joziane Araújo Nascimento

Interessado: Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá, Brito Advogados; Cooperativa de Transporte do Amapá; Ivan Tundelo Carvalho; Josevaldo Araújo Nascimento; José Enoilton Carneiro Leite; Joziane Araújo Nascimento; Marcelo Gama da Fonseca; R. Souza Comercio, Serviços & Construção Ltda. - EPP, Joziane Araújo Nascimento.

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá.

Representação legal: Alcir Oliveira da Silva (OAB-MS 10.340), representando Joziane Araújo Nascimento; Ideusanira de Vasconcelos Sepeda de Freitas (OAB-AP 891-B) e Ângela Soraia Amoras Collares (OAB-DF 17.506), representando a Cooperativa de Transporte do Amapá; Marcus Miller Machado Sassim (OAB-AP 1797-A) e Jean Alves Pereira Almeida (OAB-RJ 99.40), representando o Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá.

024.999/2012-1 - Tomada de contas especial, apartada de levantamento de auditoria, no âmbito dos Fiscobras 2007 e 2008, realizado nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas/TO, autuada para quantificar o débito e apontar os responsáveis pelos prejuízos identificados em contrato que teve por objeto a construção do Lote 8, no trecho entre o Córrego Brejo Grande (km 519) e o Ribeirão Tabocão (km 586 + 620), no Estado do Tocantins.

Unidade jurisdicionada Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a. (filial Rj)

Responsáveis: Andre Von Bentzeen Rodrigues; André Luiz De Oliveira; Bruno Von Bentzeen Rodrigues; José Américo Cajado De Azevedo; José Francisco Das Neves; Spa Engenharia Industria E Comercio Ltda; Ulisses Assad.

Representantes legal: Guilherme Dias Gontijo (OAB-MG 122.254) representando Andre Von Bentzeen Rodrigues; Guilherme Dias Gontijo (OAB-MG 122.254) representando Bruno Von Bentzeen Rodrigues; Guilherme Dias Gontijo (OAB-MG 122.254) representando Spa Engenharia Industria E Comercio Ltda; Patricia Maria Oliveira Maciel De Almeida Lage Martins (OAB-DF 17.434) e outros representando André Luiz de Oliveira.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

006.743/2021-8 - Representação sobre possíveis irregularidades em três contratações emergenciais, referentes a serviços de apoio administrativo e serviços de reparos, consertos, reformas e adaptações em bens imóveis.

Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

Responsáveis: George da Silva Diverio; Joabe Antonio de Oliveira

Representação legal: Carlos Alexandre Salles Moreira Neto (OAB/RJ 226.809) e Saulo Alexandre Salles Moreira (OAB/RJ 161.463), representando George da Silva Diverio

007.713/2012-6 - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do embargante, com condenação em débito e aplicação de multa e de sanção de inabilitação, em tomada de contas especial oriunda de conversão de auditoria realizada com o objetivo de apurar notícias veiculadas na imprensa acerca de grupos organizados de pessoas e empresas atuando com o intuito de realizar fraudes em licitações e desviar recursos públicos.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maracanaú - CE

Responsáveis: Adrinaldo Oliveira Almeida; Caldas & Furlani Engenharia Ltda.; Carlos Eduardo Bandeira de Mello; Debora Lopes de Araújo Bezerra de Menezes; Edson Pereira de Sousa; Egídio Cordeiro de Abreu Filho; Francisco Caldas da Silveira Júnior; Francisco Eduardo Nascimento dos Santos; Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda. - ME; José Milton Lucio do Nascimento; Marcos Barboza da Silva; Miguel Ângelo Pinto Martins; Roberto Eter Sales Furlani; Roberto Soares Pessoa
Embargante: Carlos Eduardo Bandeira de Mello

Representação legal: Adriano Ferreira Gomes Silva (OAB/CE 9.694), representando Francisco Eduardo Nascimento Santos; Francisco Jose Mapurunga Caldas (OAB/CE 7.853) e Paulo Sergio Caldas da Silveira Mapurunga (OAB/CE 5.857), representando Caldas & Furlani Engenharia Ltda.; Francisco Jose Mapurunga Caldas (OAB/CE 7.853) e Paulo Sergio Caldas da Silveira Mapurunga (OAB/CE 5.857), representando Roberto Eter Sales Furlani; Francisco Jose Mapurunga Caldas (OAB/CE 7.853) e Paulo Sergio Caldas da Silveira Mapurunga (OAB/CE 5.857), representando Francisco Caldas da Silveira Júnior; Adriano Ferreira Gomes Silva (OAB/CE 9.694),

representando Marcos Barboza da Silva; Adriano Pessoa Bezerra de Menezes (OAB/CE 16.755), representando Debora Lopes de Araujo Bezerra de Menezes; José Araújo Tavares Neto (OAB/CE 15.331), Yasser de Castro Holanda (OAB/CE 14.781) e outros, representando Carlos Eduardo Bandeira de Mello; Adriano Ferreira Gomes Silva (OAB/CE 9.694) e Francisco Irapuan Pinho Camurca (OAB/CE 6.476), representando Egidio Cordeiro de Abreu Filho; Marcio Christian Pontes Cunha, representando Roberto Soares Pessoa

014.714/2023-0 - Tomada de contas especial instaurada em razão de dano ao patrimônio decorrente da inobservância aos procedimentos de segurança e simulação de assalto, ocorridos nas agências dos Correios de Faro/PA e Terra Santa/PA.

Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

Responsável: Neemias Leal Teixeira

Representação Legal: não há

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

008.457/2015-8 - Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades identificadas em convênio que teve por objeto prestação de serviços de assessoramento técnico ambiental referente às obras de melhoria e adequação da capacidade da BR-101, trecho Florianópolis/SC - Osório/RS, entre outras ocorrências. Análise de proposta de revisão de ofício de acórdão.

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e Instituto Militar de Engenharia (IME)

Responsáveis: Adriana Castro Campos; Claudio Vinicius Costa Rodrigues; Davi Azevedo Santos; Douglas Marcelo Merquior; Edilânia Fonseca Froufe; Edson Lousa Filho; Fundação Ricardo Franco - em liquidação; Geraldo Sergio Ramalho Franca Silva; Gleice Regina Balbino de Almeida; Marcelo Cavalheiro; Marcio Landvoigt; Marcio Vancler Augusto Geraldo; Marivone Oliveira dos Santos; Mônica Ferreira Marques; Paulo Roberto Dias Morales; Washington Luiz de Paula; e William Lourenco da Silva

Representação legal: Gabriel Barbosa Rocha, André Dutra Dorea Ávila da Silva (OAB-DF 24.383); Tanara de Fatima Barcellos da Silva (OAB-RS 69337); Alexandre Benevides Cabral (OAB-DF 33492); Larissa Camargo Costa (OAB-RJ 201.512), Carolina Barros Fidalgo (OAB-RJ 143.792) e outros, representando Douglas Marcelo Merquior; Rodrigo Henrique Roca Pires (OAB-RJ 92632); Renata Alves de Azevedo Fernandes da Cruz (OAB-RJ 155595); Gilmar Menezes da Silva Junior; George Alexandre de Almeida Macêdo (OAB-CE 18.113); Leandro Dalbosco Machado (OAB-RS 82122) e Raphael Ramos D' Aiuto (OAB-RS 94485A)

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

001.466/2014-3 - Embargos de declaração em face de acórdão por meio do qual não foi conhecido recurso de revisão contra acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as contas da embargante, com condenação em débito e aplicação de multa, em tomada de contas especial em razão da não aprovação da prestação de contas relativa à aplicação dos recursos captados mediante a Lei de incentivo ao esporte, destinados à execução do projeto desportivo denominado "Fortalecimento do Hipismo - 2009".

Embargante: Francisco José Mari

Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

Responsáveis: Federação Paulista de Hipismo; Francisco José Mari

Representação legal: Decio de Andrade (OAB-SP 195720), Andre Lucas Durigan Sardinha (OAB-SP 330650) e outros, representando Federação Paulista de Hipismo; Roselle Adriane Soglio (OAB-SP 177840) e Luiz Antônio Santos de Oliveira (OAB/SP 352.600), representando Francisco José Mari

036.831/2018-2 - Embargos de declaração em face de acórdão mediante o qual foram julgadas irregulares as contas dos embargantes, com condenação em débito e aplicação de multa, em tomada de contas especial instaurada tendo em visa a ocorrência de desvio de finalidade em convênios celebrados para custeio dos programas "Centro Presente" e "Segurança Presente".

Embargantes: Luiz Gastão Bittencourt da Silva; Marcelo José Salles de Almeida

Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro

Responsáveis: Luiz Gastão Bittencourt da Silva; Marcelo José Salles de Almeida; Orlando Santos Diniz

Representação legal: Andrei Barbosa de Aguiar (OAB-CE 19.250), representando Luiz Gastão Bittencourt da Silva; Andre Luis Santos Meira (OAB-DF 25297) e Kelly Oliveira de Araujo (OAB-DF 21830), representando Antônia Regina Pinho da Costa Leitão; Antonio Florencio de Queiroz Junior, Polliana Cristina Oliveira de Carvalho (OAB-DF 34894) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121685), representando Marcelo José Salles de Almeida; Raphaela Cunha Justo da Silva (OAB-RJ 94.117), Anderson Prezias Franco (OAB-DF 59.780) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro; Waldir Antonio Barroso (OAB-RJ 52839), representando Orlando Santos Diniz

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO AUGUSTO NARDES****Processo: 003.179/2015-0****Natureza:** Tomada de Contas Especial**Unidade Jurisdicionada:** Município de Bom Sucesso-PB**Recorrente:** Vieberton da Silva Feitosa - ME.**DESPACHO**

Trata-se de embargos de declaração opostos, em 20/6/2024 (peça 186), por Vieberton da Silva Feitosa - ME contra o Acórdão 3.201/2023-TCU-2ª Câmara, prolatado em 2/5/2023.

2. Considerando o dilatado espaço de tempo transcorrido entre a prolação da deliberação atacada e a data de interposição do recurso, mas levando-se em consideração as dificuldades encontradas na notificação do responsável, ora recorrente, determino, excepcionalmente, a remessa dos autos à unidade deste Tribunal especializada em recursos (AudRecursos) para que realize exame de admissibilidade dos embargos opostos e, se for o caso, os instrua no mérito.

À AudRecursos para as providências.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

Processo: 014.529/2023-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Município de Lourdes-SP.

Responsável: Gisele Tonchis.

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em desfavor de Gisele Tonchis, ex-prefeita do município de Lourdes-SP (gestão: 2017-2020), diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.

2. No âmbito do TCU, devidamente citada (peça 43), a responsável apresentou alegações de defesa às peças 46-64.

3. A Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), a partir dos elementos constantes nos autos, indicou a necessidade de se diligenciar o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para que se pronuncie conclusivamente acerca do mérito da documentação apresentada pela responsável (peça 46 e os anexos peças 47 a 64), a título de prestação de contas.

4. Dessa forma, AUTORIZO, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992, a realização de diligência à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), por intermédio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), nos termos da proposta da unidade técnica à peça 66.

À AudTCE, para adoção das devidas providências.

Brasília, 28 de junho de 2024

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 001.677/2022-5

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Município de Brasília de Minas-MG.

Responsável: Jair Oliva Junior.

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em desfavor de Jair Oliva Júnior, diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Termo de Compromisso de registro Siafi 672319 (peça 1), celebrado com o Município de Brasília de Minas-MG, e que tinha por objeto a “*reconstrução de pontes e bueiros*”.

Considerando a instrução à peça 96, AUTORIZO a realização da diligência junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, nos termos da proposta da unidade técnica.

À AudTCE, para adoção das devidas providências.

Brasília, 28 de junho de 2024

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Relator

Processo: 040.523/2023-3

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal

Responsável: Bruno dos Santos da Silva.

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Bruno dos Santos da Silva, em razão de movimentações financeiras irregulares.

2. O tomador de contas (peça 74) concluiu que o prejuízo importaria no valor original de R\$ 178.631,03, imputando-se a responsabilidade a Bruno dos Santos da Silva, gerente de atendimento, no período de 19/6/2009 a 11/2/2014, na condição de gestor dos recursos.

3. Na instrução de peça 84, examinando os documentos constantes dos autos, a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) verificou a necessidade de diligência à Caixa Econômica Federal, para que encaminhasse a documentação mencionada no Relatório à peça 19. Em resposta, a Caixa enviou a documentação e as informações contidas nas peças 88-98.

4. A unidade técnica, diante das informações aparentemente contraditórias com a recente manifestação da empresa, conclui pela realização de nova diligência, para que a Caixa Econômica Federal envie documentos e emita parecer circunstanciado, esclarecendo os pontos indicados na instrução à peça 100.

5. Dessa forma, AUTORIZO, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992, a realização de diligência à Caixa Econômica Federal, nos termos da proposta da unidade técnica à peça 100.

À AudTCE, para adoção das devidas providências.

Brasília, 28 de junho de 2024

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Relator

Processo: 004.031/2024-5

Natureza: Aposentadoria

Unidade jurisdicionada: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Interessados: Agostinho Andrade Moreira (135.050.176-04); entre outros.

Assunto: devolução e encerramento do processo.

DESPACHO

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

2. A Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) propõe que o presente processo seja devolvido à unidade especializada para a “*desautuação dos atos com posterior devolução dos mesmos à base do sistema e-Pessoal e o encerramento do presente processo*”. Proposta que contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU (peças 18 a 20).

3. Tendo em vista que os atos constantes do presente processo ainda não foram apreciados, determino o retorno dos autos para a AudPessoal, a fim de que os atos de concessão sejam analisados por meio das rotinas aprimoradas pela equipe técnica.

À AudPessoal, para as providências cabíveis.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 044.579/2021-7

Natureza: Representação

Unidade jurisdicionada: Universidade Federal do Pará

Representante: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

DESPACHO

Trata-se de ato de representação em decorrência de informação da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de apurar suposta irregularidade na admissão, em 2009, da servidora Rita de Cássia Paiva na Universidade Federal do Pará (UFPA), no cargo de professora do magistério superior do Curso de Letras-Espanhol.

2. A AudPessoal (peças 11-13), após a realização de um par de diligências dirigidas à UFPA, da análise das informações apresentadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e dos esclarecimentos prestados pela instituição de ensino superior, concluiu, preliminarmente, que a servidora tomou posse no cargo sem que preenchesse os requisitos do Edital n. 130, de 4/11/2008 e que, apesar da instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) pela UFPA, sob o n. 23073.018658/2012-61, não foi adotada qualquer medida concreta para eventual desconstituição do ato administrativo que deu posse à servidora e/ou responsabilização dos agentes públicos envolvidos na prática do ato de admissão aparentemente ilegal. Verificou, ainda, que, somente em 2021, mediante provocação da CGU, o reitor da UFPA determinou a continuidade das apurações no âmbito daquele PAD.

3. Sendo assim, conheço da presente representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, e acolho integralmente a proposta da AudPessoal de realizar a oitiva da UFPA, na pessoa do seu representante legal, para se pronunciar e enviar, além da mera informação de instauração dos processos administrativos, elementos probatórios corroborativos acerca das medidas efetivamente adotadas visando a eventual desconstituição do ato de admissão, como a cópia integral dos referidos processos, bem como as medidas administrativas adotadas para apurar e aplicar, se for o caso, as sanções cabíveis relativas às eventuais irregularidades cometidas quando do ingresso da servidora, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

4. Em relação à organização processual, entendo que a oitiva da UFPA deve seguir no presente processo até sua conclusão e, em havendo necessidade da revisão de ofício do ato de admissão em questão, será verificada, oportunamente, a necessidade de apensamento definitivo desta representação ao TC 031.869/2010-6.

5. Esclareço que a proposta de alerta endereçada ao controle interno da UFPA acerca da necessidade de seguir acompanhando os PAD autuados junto à Reitoria da UFPA, sob o número 23073.018658/2012-61, e os demais de n. 23073.010139/2022-27 e 23073.010147/2022- 73, será, igualmente, realizada, caso necessário, na conclusão do presente processo.

6. Por conseguinte, determino o retorno dos autos à AudPessoal para a realização da oitiva da UFPA, na pessoa do seu representante legal, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente esclarecimentos, além da mera informação de instauração dos processos administrativos, e envie os elementos probatórios corroborativos acerca das medidas efetivamente adotadas, que comprovem os procedimentos visando a eventual desconstituição do ato de admissão, bem como os procedimentos que comprovem efetivamente a apuração de eventuais irregularidades cometidas no processo de admissão da servidora.

À AudPessoal, para a adoção das providências a seu cargo.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 004.637/2024-0

Natureza: Aposentadoria.

Unidade Jurisdicionada: Fundação Nacional de Saúde.

Interessadas: Francisca de Araújo Medeiros Silva; e Eugênia Pereira Dias Silva

DESPACHO

Trata-se este processo da análise de dois atos de pessoal: um de alteração de aposentadoria de Francisca de Araújo Medeiros Silva; e outro da concessão inicial de aposentadoria de Eugênia Pereira Dias Silva, ambos emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte. Após suas análises a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) propôs a legalidade e registro dos dois atos.

2. O representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), no entanto, concordou apenas quanto à legalidade do ato inicial de Eugênia Pereira Dias Silva.

3. No que diz respeito ao ato de Francisca de Araújo Medeiros Silva, não obstante a interessada ter se aposentado no cargo de auxiliar de serviços gerais, sem comprovar o exercício de atividade insalubre, a AudPessoal ponderou que **tal tempo seria irrelevante para aposentadoria**, ou seja, mesmo desconsiderando o tempo especial, seriam implementados os requisitos para aposentadoria.

4. O **Parquet**, no entanto, rebateu que a aposentadoria se deu com proventos proporcionais ao tempo de serviço/contribuição e que a proporção seria alterada de 27/30 avos para 28/30 avos, considerando-se o tempo por atividades insalubres. Com isso, concluiu, diferentemente do que afirmou a unidade técnica, se desconsiderar o referido tempo, não há o implemento dos requisitos para a alteração da aposentadoria, da forma como foi concedida.

5. Além disso, completa o MPTCU, o ato de alteração em análise, com vigência em 6/11/2006, foi editado mais de 14 anos após a concessão inicial, ocorrida em 25/6/1992. Sendo assim, já teria se operado a prescrição do fundo de direito a quaisquer vantagens ou benefícios eventualmente suprimidos na concessão original, conforme normas legais e jurisprudência que menciona em seu parecer.

6. Dessa forma, como não se trata de divergência de posições, mas de aspectos não abrangidos na análise da AudPessoal, determino o retorno dos autos à unidade técnica para que possa complementar sua instrução à luz dos fatos trazidos pelo **Parquet**.

À AudPessoal, para as providências a seu cargo, com retorno dos autos a este Gabinete com novo trânsito pelo MPTCU.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

Processo: 009.025/2024-3

Natureza: Solicitação

Unidade Jurisdicionada: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Solicitante: Geoscan Geologia e Geofísica Ltda.

DESPACHO

Trata-se de petição de acesso à peça 124 do processo TC 002.025/2024-8 formulada pela empresa Geoscan Geologia e Geofísica Ltda. (peça 124).

Considerando que a requerente não é parte no processo TC 002.025/2024-8 e tampouco legitimada nos termos da Portaria-GAB-AN 1/2015.

Considerando que, consoante a jurisprudência do Tribunal, o representante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo para obter essa condição demonstrar de forma clara e objetiva razão legítima para intervir nos autos, o que ainda não ocorreu.

Considerando o contido no art. 94 da Resolução TCU 259/2014, o presente pedido deve ser analisado como solicitação de acesso à informação:

Considerando que, segundo o art. 4º, § 1º, da Resolução TCU 249/2012, será assegurado a todo e qualquer cidadão o direito de acesso às informações ou aos documentos produzidos ou custodiados pelo TCU classificados como públicos, ressalvado que o disposto no § 2º desse artigo assegura o acesso com a edição do respectivo ato decisório, que, no caso de processo de controle externo, será acórdão do Tribunal ou despacho de relator.

Considerando que já ocorreu o ato decisório no processo TC 002.025/2024-8 (Acórdão 3.163/2024-TCU-2ª Câmara, datado de 21/5/2024).

Considerando que a peça 124 do TC 002.025/2024-8 não está classificado como sigilosa.

Defiro o acesso à peça 124 do processo TC 002.025/2024-8, nos termos dos arts. 94 da Resolução TCU 259/2014, e 4º, § 1º, da Resolução TCU 249/2012.

À AudContratações, para adoção das providências cabíveis.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

Processo: 016.324/2024-2

Natureza: Solicitação.

Assunto: Acesso ao TC 000.766/2016-0.

Requerente: Gilberto Mendes Calasans Gomes (036.368.341-00).

DESPACHO

Trata-se de pedido de solicitação de acesso ao TC 000.766/2016-0, via e-TCU, formulado por Gilberto Mendes Calasans Gomes (peça 1).

Considerando que o TC 000.766/2016-0 trata de proposta de resolução com vistas a regulamentar os procedimentos para a proposição e o cumprimento de medida cautelar de indisponibilidade de bens de responsáveis por danos em apuração e para proposta de arresto de bens dos responsáveis julgados em débito pelo Tribunal de Contas da União;

Considerando que o referido expediente deve ser conhecido como solicitação de acesso a informações para esclarecimentos de interesse particular, coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, regulados pela Lei 12.527/2011, e ainda, do art. 59, inciso V, da Resolução TCU 259/2014;

Considerando que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução TCU 249/2012, o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo, que, no caso de processo de controle externo, será o acórdão do TCU ou despacho do relator com decisão de mérito;

Considerando que já há manifestação de mérito do Tribunal no âmbito do TC 000.766/2016-0 (Acórdão 1.160/2024-TCU-Plenário);

DECIDO:

a) conhecer desta solicitação, para, no mérito deferi-la, nos termos da proposta da unidade técnica (peça 3); e

b) determinar, com base no art. 40, III, da Resolução TCU 259/2014, o apensamento definitivo do presente processo ao TC 000.766/2016-0.

À AudTCE, para as providências administrativas cabíveis.

Brasília-DF, 28 de junho de 2024.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 011.208/2018-0

Natureza: Mera petição (Tomada de contas especial)

Unidade Jurisdicionada: Município de Igaraci-PE.

Responsável: Alberico Messias da Rocha.

DESPACHO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social em desfavor do Sr. Alberico Messias da Rocha, ex-prefeito de Igaraci-PE, diante do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 172/2008-SESAN, que teve por objeto o apoio à implantação de Feira Popular na referida municipalidade e vigência de 22/12/2008 a 30/4/2010.

Considerando que, neste momento processual, aprecia-se o expediente inominado de peça 164 apresentado por Alberico Messias da Rocha, no qual requer a declaração da prescrição da pretensão punitiva do Tribunal;

Considerando o pronunciamento da unidade técnica às peças 167-169 no sentido de recepcionar o referido expediente como mera petição, e indeferir o pleito para reconhecimento da ocorrência da prescrição punitiva e ressarcitória, nos termos da Resolução TCU 344/2022;

Determino o envio dos presentes autos para a manifestação do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), de acordo com o art. 81, II, da Lei 8.443/1992.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

Processo: 032.206/2023-2

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Gerência Executiva do INSS em Guarulhos-SP.

Responsável: João José Rossi.

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial proveniente dos processos administrativos disciplinares 35664.000311/2011-19 e 35664.000314/2015-78, que demonstram o prejuízo decorrente das irregularidades praticadas pelo responsável João José Rossi, perito médico previdenciário, na concessão de benefícios previdenciários por incapacidade (auxílio-doença), que resultaram em sua demissão (peça 88, p.3, item 12.2.3).

Considerando as conclusões do parecer do Ministério Público junto ao TCU à peça 101, RESTITUO os autos à unidade técnica, para adoção das providências e demais medidas saneadoras ali mencionadas, as quais se mostram necessárias ao julgamento de mérito deste processo.

À AudTCE, para as devidas providências.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 039.217/2023-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde.

Responsáveis: Drogaria Yves Produtos Farmacêuticos Ltda. e Carlos Antônio Oliveira Luz.

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em decorrência da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPPB), entre 30/9/2016 e 20/10/2017, com a incorrência em prejuízo aos cofres do FNS de R\$ 208.118,85, em valores históricos.

Considerando o judicioso parecer do representante do Ministério Público junto a este Tribunal (peça 52), DETERMINO o retorno dos autos à Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), nos termos das medidas sugeridas pelo **Parquet** especial.

À AudTCE, para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, 28 de junho de 2024

AUGUSTO NARDES

Relator

EDITAIS

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL 0838/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024

TC 000.444/2018-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a OMEGA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME, CNPJ: 07.062.782/0001-32, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2443/2023-TCU-Plenário, Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Sessão de 29/11/2023, proferido no processo TC 000.444/2018-9, por meio do qual o Tribunal retificou, por inexatidão material e reviu, de ofício, o Acórdão 2643/2022-TCU-Plenário, de mesma relatoria, Sessão de 30/11/2022, com fundamento no § 2º do artigo 3º da Resolução-TCU 178/2005, a fim de tornar insubsistente a penalidade de multa aplicada no item 9.5 à empresa Ômega Construções e Reformas Ltda. - ME, em razão de sua extinção antes do trânsito em julgado da deliberação, bem como a condenou a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 16/6/2024: R\$ 1.821.304,52, em solidariedade com os responsáveis: Manoel Mariano de Sousa - CPF: 021.881.043-15; Pedro Alberto Telis de Sousa - CPF: 178.736.063-68; Valdeni Silvino da Silva - CPF: 027.624.803-10; Maria Jose Dinis Freitas - CPF: 151.639.678-27; Oliveira Florentino Filho - CPF: 443.595.786-87; Antonia Elda Pereira Azevedo - CPF: 282.242.303-25; Denys Milhomem Arruda - CPF: 127.458.473-68, e Ana Rita Maciel Bezerra - CPF: 328.904.353-34. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 207)

EDITAL 0850/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024

TC 028.372/2020-4 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a SISERV SISTEMA INTEGRADO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ: 07.931.724/0001-06, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 1742/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 12/3/2024, proferido no processo TC 028.372/2020-4, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência, acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 19/6/2024: R\$ 168.005,14; em solidariedade com o responsável Geraldo Rocha e Silva Júnior - CPF: 663.428.564-00. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 30.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 208)

EDITAL 0857/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024

TC 014.201/2022-4 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO MIGUEL JOAQUIM DOS SANTOS NETO, CPF: 074.464.734-79, do Acórdão 2525/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 16/4/2024, proferido no processo TC 014.201/2022-4, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 23/6/2024: R\$ 391.319,87. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 40.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "[Pagamento de dívida \(PagTesouro/Emissão de GRU\)](#)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 208)

EDITAL 0863/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024.

Processo TC 020.995/2023-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a FERREIRA DORIA LOTERIA ESPORTIVA LTDA, CNPJ: 30.934.012/0001-54, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres da Caixa Econômica Federal valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 25/6/2024: R\$ 338.804,32; em solidariedade com o responsável Renato Costa Pinheiro - CPF: 053.388.947-26.

O débito decorre da seguinte irregularidade: dano à Caixa Econômica Federal, decorrente de movimentações financeiras irregulares e fraudulentas nas prestações de contas de unidades lotéricas ocorridas no âmbito da Agência Alcântara/RJ (0889) da CEF. Normas infringidas: Constituição Federal (arts. 70, parágrafo único, e 71, inciso II); Decreto 93.872/1986 (art. 148), RH103 040 -OR028 120 - 4.15.6.1.2 - Agência de vinculação recebe da UL, por meio do malote empresarial, e-mail ou fax a Guia de Remessa - MO39573, o borderô gerado pelo SICRA e o formulário RME MO37149, verifica o preenchimento, realiza o registro no SISFIN e geração do DLE. CO057 037 - 3.7.2 A movimentação a débito na conta de operação 043 é destinada exclusivamente à própria CAIXA, para acerto da prestação de contas. CR244 007 - 3.3.13.1 Responder pelos saldos contábeis da unidade, assinando o balancete, garantindo a conformidade e veracidade dos números nele representados. CR244 007 - 3.3.13.2 Efetuar os lançamentos nos sistemas operacionais, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos manuais normativos. CR244 007 - 3.3.13.3 Zelar pela correta e adequada utilização dos eventos contábeis, [comandados por meio de DLE - Documento de Lançamento de Eventos, respeitando rigorosamente a finalidade para o qual foi criado e em consonância com os respectivos normativos do produto e serviço. CR244 007 - 3.3.13.7 Responder tempestivamente às solicitações de informações ou regularizações demandadas pelas unidades envolvidas no processo de conciliação contábil. FI064 056 - 4.7.1.5 Acessa o SISFIN.CAIXA, módulo SIMOF, opção - Consulta Diferenças no primeiro dia útil seguinte ao recolhimento e verifica se houve diferenças abertas para sua Unidade.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 25/6/2024: R\$ 357.064,20; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 208)

EDITAL 0864/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024

TC 007.420/2021-8 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a DROGARIA EL SHADAI LTDA, CNPJ: 25.489.923/0001-80, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2226/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 26/3/2024, proferido no processo TC 007.420/2021-8, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 25/6/2024: R\$ 109.359,76; em solidariedade com o responsável Flavio Tiago de Santana - CPF: 066.154.776-02. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 50.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 208)

EDITAL 0865/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024

TC 007.420/2021-8 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO FLAVIO TIAGO DE SANTANA, CPF: 066.154.776-02, do Acórdão 2226/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 26/3/2024, proferido no processo TC 007.420/2021-8, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 25/6/2024: R\$ 109.359,76; com o responsável Drogaria El Shadai Ltda, CNPJ: 25.489.923/0001-80. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 50.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidades@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 208)

EDITAL 0875/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024.

Processo TC 000.539/2023-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PERUÍBE, CNPJ: 01.564.933/0001-74, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 27/6/2024: R\$ 313.603,95; em solidariedade com o responsável Mauricio Nery Ferreira - CPF: 143.192.218-85.

O débito decorre da seguinte irregularidade: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à Associação de Apoio à Pessoa com Deficiência de Peruíbe, em face da omissão no dever de prestar contas. Normas infringidas: inciso I, § 1º artigo 88 da Portaria ME nº 269 de 20/08/2018.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 27/6/2024: R\$ 323.915,66; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O pagamento do débito pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 209)

EDITAL 0879/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE JUNHO DE 2024.

Processo TC 045.608/2021-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o ESPÓLIO DE MARIA ALDA DE OLIVEIRA FONTES, CPF: 859.612.643-00, representado por Maria de Oliveira Fontes, CPF: 994.584.543-87, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Banco do Nordeste valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 27/6/2024: R\$ 255.472,52; em solidariedade com os responsáveis Karina Palacio de Moraes - CPF: 002.232.283-38, e Fontes & Silva Ltda - CNPJ: 36.514.738/0001-14.

O débito decorre da seguinte irregularidade: dano ao patrimônio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. decorrente de operações financeiras realizadas irregularmente. Normas infringidas: Constituição Federal (art. 70, parágrafo único), Lei 8.443/1992 (art. 8º c/c art. 16, inc. III, alínea d); 1024-15-01 - Normas de Conduta - Itens 1.1.14, 3.4, 3.17.4, 3.17.14, 3.17.16, 3.17.17, 3.17.19, 3.17.20.6, 3.26 e 3.28, versões: 008 (de 14/11/2018 a 27/06/2019) e 009 (28/06/2019 a 03/11/2020); 3102-05-03 - Visita Prévia à Concessão de Crédito - Item2, versões 024 a 027 (de 21/12/2018 a 08/04/2020), 029 a 030 (de 15/04/2020 a 28/06/2020) e 33 (de 14/08/2020 a 14/10/2020); 3102-12-01-Disposições Gerais - item 13, versões 113 (de 30/09/2019 a 22/10/2019), 115 (de 24/10/2019 a 10/11/2019), 118 e 119 (de 28/11/2019 a 26/12/2019), 123 a 128 (de 07/02/2020 a 11/06/2020), 134 (de 18/08/2020 a 23/08/2020) e 141 (de 02/10/2020 a 21/10/2020); item14, versões 098 e 099 (de 13/12/2018 a 13/03/2019), 103 a 105 (de 11/04/2019 a 02/06/2019), 108 e 109 (de 26/06/2019 a 19/08/2019) e 111 a 112 (de 26/08/2019 a 29/09/2019); 3303-09-03 - Transações - Item21, versão 010, vigência: 11/03/2020 a 01/03/2022; 3303-22-01 - Transferência Eletrônica Disponível (TED), versões 005 e 006, vigência: 05/01/2009 a 02/09/2021. Cofre credor: Banco do Nordeste do Brasil S.A.. Valor atualizado do débito (sem juros) em 17/11/2022: R\$ 236.330,03.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 27/6/2024: R\$ 265.958,91; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

No caso de condenação de responsável falecido, os herdeiros respondem pelo recolhimento do débito, cada qual em proporção da parte que lhe coube na herança até o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, da Constituição Federal/1988, e art. 5º, VIII, da Lei 8.443/1992).

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 124 de 01/07/2024, Seção 3, p. 207)